



Destaque Rural Nº 207

27 de Fevereiro de 2023

SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS: O CASO DO PROGRAMA SUSTENTA¹

Nelson Capaina, Yara Nova e João Mosca²

RESUMO

Este documento é parte integrante de um projecto de pesquisa que pretende fazer uma avaliação preliminar do Programa SUSTENTA nos distritos onde foi inicialmente implementado, nas províncias da Zambézia e Nampula, no período 2017-2019. Nele se analisa a componente de salvaguardas ambientais e sociais. Os dados indicam que, ao contrário do discurso oficial, no terreno continuam a ser observados muitos aspectos que contradizem os princípios que norteiam estas salvaguardas.

1. INTRODUÇÃO

Com as questões ambientais que foram constantemente levantadas, como resultado do impacto negativo dos projectos com apoios externos e outros, na segunda metade dos anos oitenta foram estabelecidos, pelo Banco Mundial (BM), programas de assistência ambiental, com estudos de impactos ambientais. Em 1989, o BM começou a exigir aos Estados membros, a elaboração de Planos Nacionais Ambientais. Até 1998 esta preocupação já incorporava a componente humana, nomeadamente, nos aspectos económicos, sociais e culturais³.

¹ Este texto é parte da série de Destaque Rural resultante do projecto "Avaliação Intercalar do Programa Sustenta". Estudo patrocinado pela projecto *Rosa Luxemburg Stiftung* com recursos do Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento da República Federal da Alemanha. Esta publicação ou partes dela podem ser usadas por terceiros gratuitamente, desde que forneçam uma referência adequada à publicação original. O conteúdo da publicação é de responsabilidade exclusiva do parceiro e não reflecte necessariamente a posição da RLS.

² Yasser Arafat Dadá, economista e Mestre pela Universidade de Lisboa. Doutorando em Estudos de Desenvolvimento. João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Ambos pesquisadores do OMR.

³ Arp, B. (2012). El Banco Mundial y los derechos económicos, sociales y culturales de las personas afectadas por sus proyectos. *Revista Internacional de Derechos Humanos/ISSN 2250-5210. Año II – Nº2. www.revistaidh.org. Acedido aos 17.11.2022.*

As políticas ambientais e sociais do BM são conhecidas como Políticas de Salvaguarda; são mecanismos para abordar as questões ambientais e sociais no desenho, implementação e operacionalização de um programa financiado pelo Banco⁴. As salvaguardas ambientais e sociais englobam valores centrais do BM e visam garantir que as intervenções apoiadas por esta instituição tenham impactos positivos, num esforço de proteção a indivíduos e ao meio ambiente, assegurando a promoção do desenvolvimento de forma sustentável⁵.

Ainda segundo o BM, as salvaguardas têm benefícios de: incluir um enfoque reforçado à gestão de riscos ambientais e sociais; aprimorar a qualidade, a eficiência e os resultados dos projectos; promover a harmonização com as políticas de outras agências multilaterais; incluir outros temas e princípios (inclusão de grupos vulneráveis; condições de trabalho dignas; consentimento livre, prévio e informado junto aos povos indígenas; orientação de género, mudanças climáticas e poluição, etc.)⁶. Desde 2016, o Banco Mundial adoptou um novo conjunto de políticas ambientais e sociais, que se designa de Marco Ambiental e Social (ESF)⁷, funcionando em paralelo com as Políticas de Salvaguarda e Marco Ambiental e Social – onde existem programas iniciados antes de 2016⁸.

Para tal, existem dez parâmetros ambientais e sociais (EAS): (1) avaliação e gestão de riscos e impactos ambientais; (2) trabalho e condições laborais; (3) eficiência no uso dos recursos, prevenção e gestão da contaminação; (4) saúde e segurança da comunidade; (5) aquisição de terras, restrições sobre o uso da terra e reassentamento involuntário; (6) conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos; (7) povos indígenas/comunidades tradicionais historicamente desatendidas da África Subsaariana; (8) património cultural; (9) intermediários financeiros; e, (10) participação das partes interessadas e divulgação de informação⁹.

⁴. Ver <https://www.bancomundial.org/es/projects-operations/environmental-and-social-policies>. Acedido aos 16.11.2022.

⁵. Ver: <https://www.worldbank.org/pt/events/2016/01/21/brazil-workshops-social-environmental-safeguards>. Acedido aos 17.11.22.

⁶. Ver: <https://www.worldbank.org/pt/events/2016/01/21/brazil-workshops-social-environmental-safeguards>. *Idem*.

⁷. Mecanismo que estabelece o compromisso do Banco com o desenvolvimento sustentável por meio de uma política própria e um conjunto de normas ambientais e sociais destinadas a apoiar os projectos dos mutuários, com o objectivo de erradicar a pobreza e promover a prosperidade compartilhada.

⁸. Ver . *Idem*.

⁹. Ver: <https://www.worldbank.org/pt/events/2016/01/21/brazil-workshops-social-environmental-safeguards...>

2. O CASO DO SUSTENTA

Como um dos requisitos do BM, uma das componentes de apoio à agricultura familiar são as Salvaguardas Ambientais e Sociais que visam induzir nos produtores a implementação de práticas agrícolas sustentáveis e de produção orgânica, seguindo directrizes que estejam em conformidade com as leis nacionais e práticas globais. Tais directrizes visam garantir a sustentabilidade ambiental, social e económica das actividades, respeitando, entre outros aspectos, os valores culturais das comunidades e a igualdade de género¹⁰.

O seguimento das directrizes e execução das salvaguardas passam pela existência de um Quadro de Gestão Ambiental e Social, cujo objectivo é o de garantir que as Políticas de Salvaguardas do Banco Mundial e regulamentos ambientais e sociais, de que Moçambique é signatário, são rigorosamente respeitados, sendo que o SUSTENTA desencadeia seis das 10+2 Salvaguardas e Políticas do Banco Mundial, nomeadamente: avaliação ambiental; gestão de pragas; reassentamento involuntário; *habitats* naturais; florestas; segurança de barragens; incluindo as directrizes do Grupo Banco Mundial sobre Ambiente, Saúde e Segurança gerais, e Directrizes aplicáveis ao Agronegócio/produção de alimentos¹¹.

O governo refere que, para garantir a implementação adequada dos requisitos das salvaguardas ambientais e sociais e regulamentos nacionais aplicáveis, a entidade responsável pelo programa estabeleceu uma Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais e Desenvolvimento Comunitário, que é responsável pelos respectivos aspectos cruciais de gestão ambiental e social e comunicação dos projectos de desenvolvimento rural do sector.

A equipa da Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais compreende cinco áreas de especialização, nomeadamente: terra, cadeia de valor, infra-estruturas, florestas e desenvolvimento comunitário, que auxiliam projectos específicos no tratamento de questões relacionadas a essas áreas temáticas¹².

Uma das preocupações com o ambiente são as queimadas realizadas pela população. As queimadas podem ter como causas a negligência, a caça, extracção de mel, pastagem, descontrolo na queimada prescrita, conflitos no uso e aproveitamento da terra e a limpeza de áreas para a agricultura¹³. Para o caso de Moçambique, pode-se acrescentar a estas causas, afugentar animais bravios e abrir acesso às vias de comunicação. Estima-

¹⁰. MADER (s/d). SUSTENTA.

¹¹. MITADER (2016). Agriculture and Natural Resource Landscape Management Project (SUSTENTA) (PROJECT – P149620) Environmental and Social Management Framework (ESMF), Final Draft Report, Maputo.

¹². MITADER (2019). Agriculture and Natural Resource Landscape Management Project (SUSTENTA) (PROJECT – P149620) Environmental and Social Management Framework (ESMF), (Updated version after the additional financing [P168940]) Final Draft Report, Maputo.

¹³. FAO (2007). Fire management – global assessment 2006. FAO forestry paper 151. Roma: FAO.

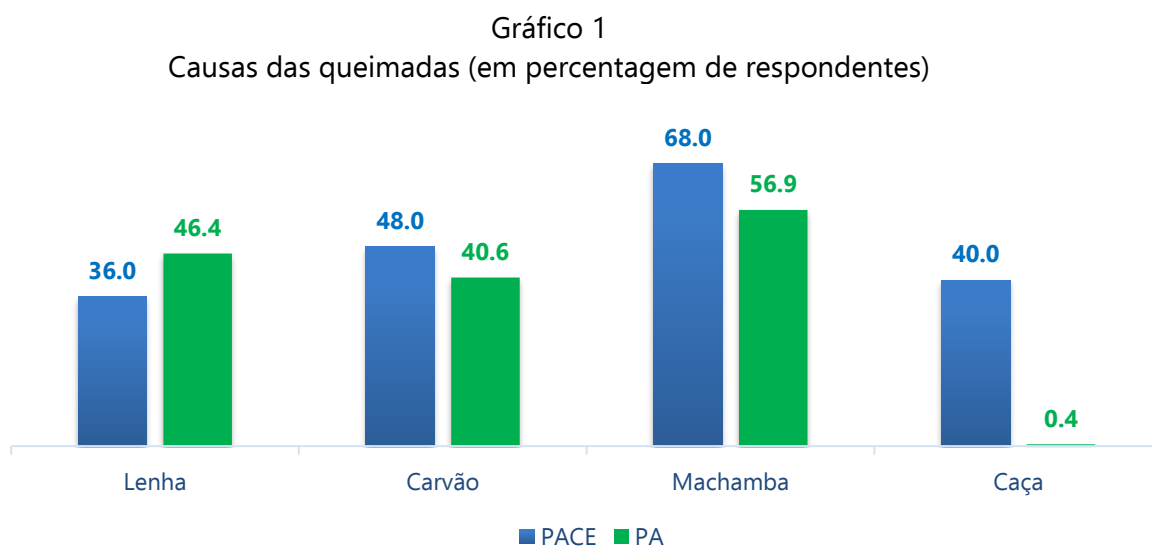
Kabo-Bah (s/d). Sendai framework implementation – a regional assessment of wildfires in West Africa.

se que cerca de 90% das queimadas resultam da acção humana que, por essa via, é responsável pela devastação de aproximadamente trinta (30) milhões de hectares por ano¹⁴.

2.1 Salvaguardas ambientais

As salvaguardas ambientais são uma iniciativa que visa garantir a gestão sustentável dos recursos naturais, sendo uma das preocupações a relacionada com as queimadas que ocorrem nas florestas e em outras áreas não florestais. Na componente de transferência de tecnologias, indica-se que o SUSTENTA adopta um modelo de extensão rural em que se fornecem vários serviços, como a restauração das áreas degradadas¹⁵.

Nas comunidades estudadas, em geral, as famílias continuam a recorrer às queimadas (gráfico 1), principalmente para abrir novas machambas, para a produção de carvão, o corte de lenha para uso e venda, e a prática da caça.



Nota: o inquérito previa mais de uma resposta, o que justifica as percentagens do gráfico.

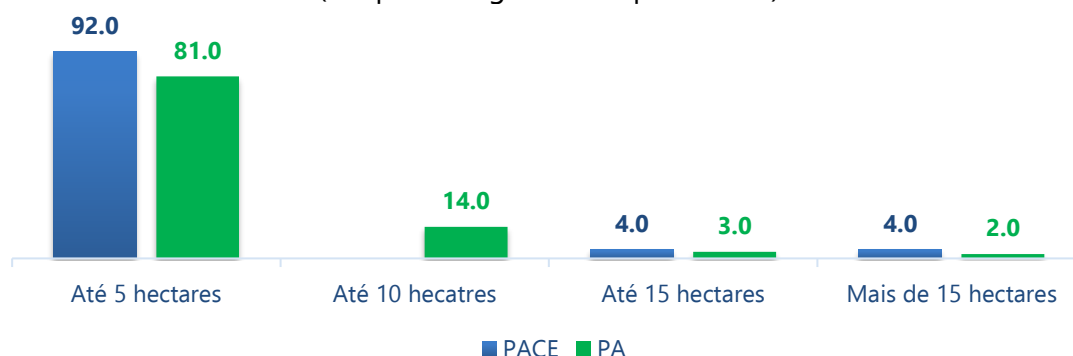
Fonte: dados do inquérito

O gráfico 2 apresenta a área queimada pelos produtores, com a finalidade de abertura e limpeza de áreas para a produção agrícola. A maior parte dos produtores, 92% dos PACE e 81% dos PA, afirmou ter aberto machambas usando fogo até cinco hectares de terra. Relativamente aos PA, 14% afirmaram que realizaram queimadas em áreas de até dez (10) hectares e 4% dos PACE queimaram mais de quinze hectares.

¹⁴. MICOA (2007). Plano de Acção para a Prevenção e Controlo às Queimadas Descontroladas, 2008-2018.

¹⁵. MADER (s/d). SUSTENTA.

Gráfico 2
 Áreas queimadas para agricultura, segundo os produtores
 (em percentagem de respondentes)



Fonte: dados do inquérito.

A agricultura moçambicana é marcadamente itinerante, onde a maioria da população usa práticas menos amigas do ambiente. A baixa produtividade e a produção estão, entre outros factores, relacionadas com práticas agrícolas nem sempre amigas do ambiente que, por sua vez, resultam na destruição da biomassa e na perda de fertilidade de solos. Neste caso, a opção seria difundir práticas que garantissem uma maior produtividade e rendimentos¹⁶.

O governo acrescenta que, na zona do SUSTENTA, as comunidades têm práticas e atitudes prejudiciais para o uso sustentável de recursos naturais, pelo que pretendia elaborar instrumentos de boas práticas agrícolas e florestais¹⁷. No âmbito do programa, prevê-se que o agente de desenvolvimento rural forneça serviços para a implementação de boas práticas agrícolas¹⁸. O gráfico 3 refere-se a uma combinação de práticas agrícolas usadas pelos produtores, primeiro, na abertura das machambas e, durante a existência destas. Foram destacados o corte de árvores, a capina e o enterro do capim, a rotatividade de culturas e o uso de químicos.

Este último aspecto pode ser bastante preocupante, quando a abordagem do Banco Mundial, como boa prática, é a produção orgânica, isto é, precisamente o contrário de uso de químicos. Neste processo de uso de químicos, destacam-se os PACE (56%) comparativamente aos PA que mais capinam e queimam (81,6%) ou enterram o capim (32,5%).

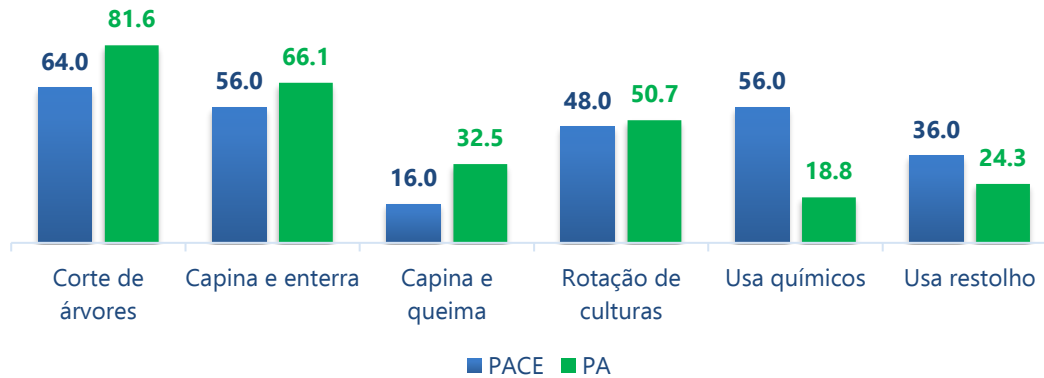
¹⁶. MINAG (2011). Plano estratégico para o desenvolvimento do sector agrário (PEDSA, 2011-2020).

¹⁷. MITADER (2016). Agriculture and Natural Resource Landscape Management Project (SUSTENTA)....

MITADER (2019). Agriculture and Natural Resource Landscape Management Project (SUSTENTA)....

¹⁸. MADER (s/d). SUSTENTA.

Gráfico 3
Principais práticas agrícolas dos PACE e PA
(em percentagem de respondentes)



Nota: o inquérito previa mais de uma resposta, o que justifica as percentagens do gráfico.
Fonte: dados do inquérito

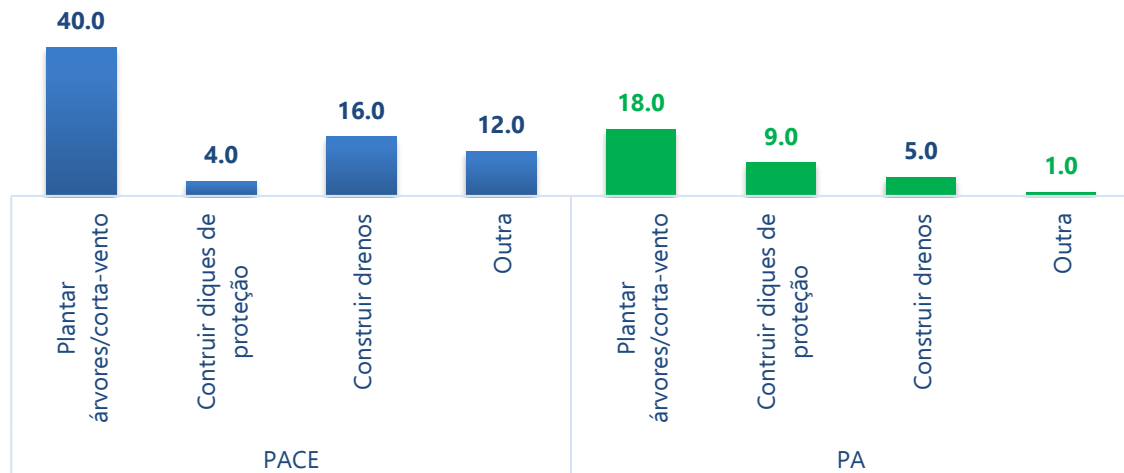
Parte significativa do país situa-se em zonas expostas à ocorrência de eventos climáticos, nomeadamente, ciclones, cheias e secas. Isso deve-se à sua localização na zona de convergência inter-tropical e a jusante de bacias hidrográficas partilhadas, à sua longa costa e à existência de vastas áreas com altitude abaixo do nível das águas do mar¹⁹. Prevê-se no programa a inclusão de medidas para aumentar a resiliência e defesa à ocorrência desses eventos²⁰.

As inundações, em particular, estão relacionadas com o desflorestamento que provoca alterações na cobertura vegetal, o assoreamento dos rios e zonas baixas, e o uso da terra. Na zona estudada (gráfico 4), as boas práticas definidas no programa, para defesa contra os eventos climáticos extremos, como os ciclones e as inundações, quase que não são observadas. Apenas 40% e 18% dos PACE e PA, respectivamente, afirmaram plantar árvores e construir diques de protecção.

¹⁹. Ministério da Terra e Ambiente. <https://www.mta.gov.mz/mudancas-climaticas/mudancas-climaticas/>. Acedido aos 25.11.2020.

²⁰. MITADER (2016). Agriculture and Natural Resource Landscape Management Project (SUSTENTA)....

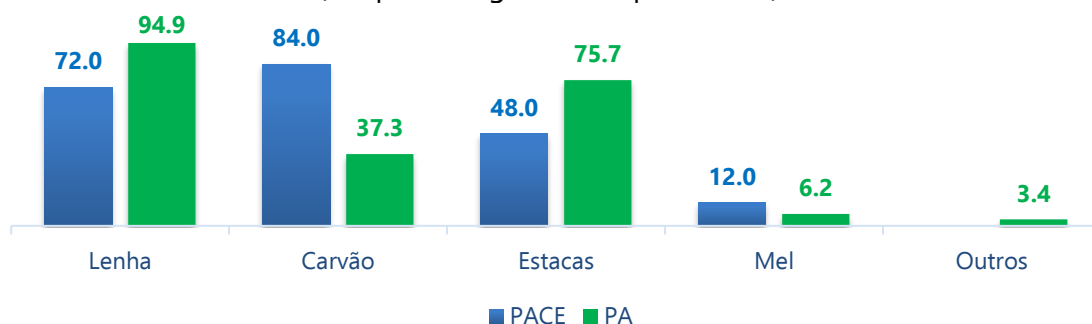
Gráfico 4
Formas de prevenção aos eventos climáticos dos PACE e PA
(em percentagem de respondentes)



Fonte: dados do inquérito.

O consumo de combustíveis lenhosos (carvão e lenha) nas zonas rurais está estimado em cerca de quinze milhões de toneladas por ano²¹, num contexto em que o país perde entre 45 e 120 milhões de árvores²². Como resultado, ocorre uma acelerada deflorestação de vastas áreas do território nacional²³. Por exemplo, entre 2003 e 2016 foram perdidos 2,9 milhões de hectares de floresta²⁴. Relativamente ao aproveitamento de produtos florestais, os dados da pesquisa (gráfico 5), indicam que o corte de árvores, para a lenha, a produção de carvão e uso de estacas para a construção de habitação, é uma prática que continua na zona do programa.

Gráfico 5
Aproveitamento de produtos florestais pelos PACE e PA
(em percentagem de respondentes)



Nota: o inquérito previa mais de uma resposta, o que justifica as percentagens do gráfico.

Fonte: dados do inquérito.

²¹. Siteo, A. *et al.* (2007). Modelling fuelwood demand availability in Northern Sofala province, Mozambique.

²². Mulder, P. (2007). Perspectivas da energia em Moçambique. Ministério de Planificação e Desenvolvimento. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Maputo, Discussion Paper nº 53P.

²³. MINAG (2011). Plano estratégico para o desenvolvimento do sector agrícola (PEDSA, 2011-2020).

²⁴. MITADER (2018). Desflorestamento em Moçambique (2003-2016).

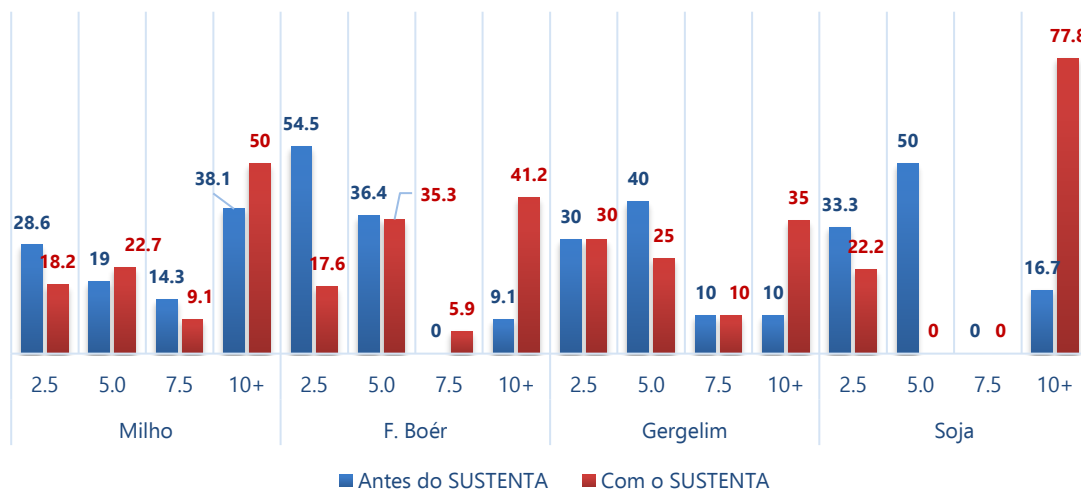
Até à primeira década dos anos 2000, verificava-se uma tendência decrescente da área média cultivada em cada uma das províncias do país²⁵. Perante tal cenário, o PEDSA pretendia, até 2020, o crescimento da agricultura através da produtividade (ton/ha), combinado com o aumento da área cultivada, perspectivando duplicar os rendimentos em culturas prioritárias e aumentar em 25% a área cultivada de produtos alimentares²⁶. Para o efeito, o SUSTENTA estabeleceria mecanismos de apoio aos produtores, como, por exemplo, a facilitação na obtenção de insumos, equipamentos agrícolas e acesso aos mercados²⁷.

Os gráficos 6 e 7 referem-se às áreas cultivadas, antes e depois da introdução do SUSTENTA, com base em quatro culturas. O primeiro gráfico indica que, em geral, houve alterações significativas nas explorações dos PACE verificando-se um ligeiro aumento das áreas entre 2,5 e 5 hectares para as culturas de milho. Para todas as culturas, houve um crescimento nas explorações com dez (10) e/ou mais hectares.

O gráfico 7 sugere que houve um declínio em todas as culturas analisadas nas explorações com 2,5 hectares ou menos; e observou-se um ligeiro crescimento nas explorações com até cinco hectares na produção de feijão bóer, gergelim e soja. Para os PA, verifica-se um aumento da cultura da soja nas explorações com dez (10) e/ou mais hectares.

Gráfico 6

Percentagem das áreas cultivadas pelos PACE por cultura, antes e depois da introdução do SUSTENTA (em percentagem de respondentes)



Fonte: dados do inquérito.

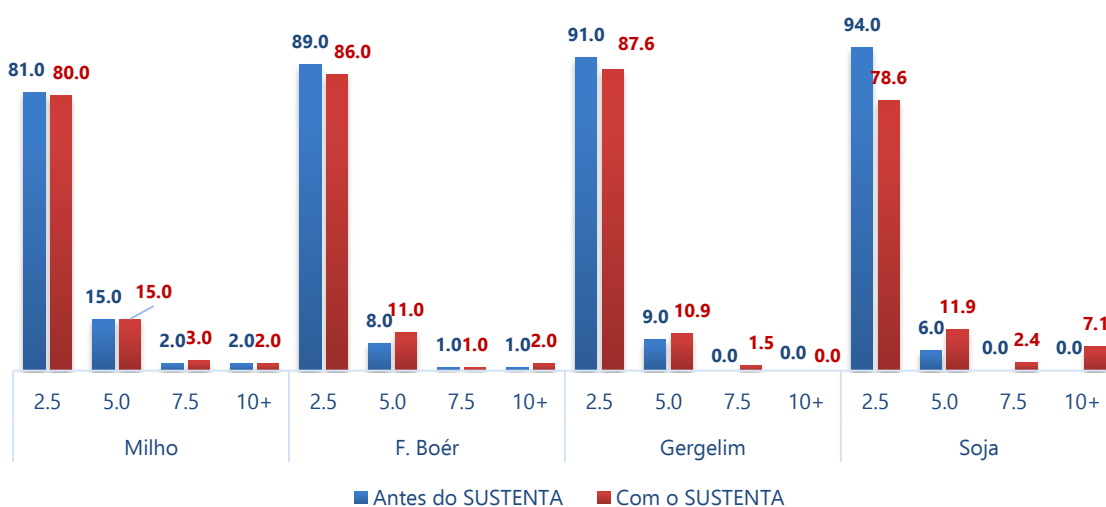
²⁵. Uaiene, R. (2015). "Caracterização do sector familiar em Moçambique". Em Mosca, J. (coord.). Sector familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique. Maputo, Escolar Editora. pp. 23-49.

²⁶. MINAG (2011). Plano estratégico para o desenvolvimento do sector agrário (PEDSA, 2011-2020).

²⁷. MITADER (2016). Agriculture and Natural Resource Landscape Management Project (SUSTENTA)....

MITADER (2019). Agriculture and Natural Resource Landscape Management Project (SUSTENTA)....

Gráfico 7
 Percentagem das áreas cultivadas pelos PA por cultura, antes e depois da introdução do SUSTENTA (em percentagem de respondentes)



Fonte: dados do inquérito.

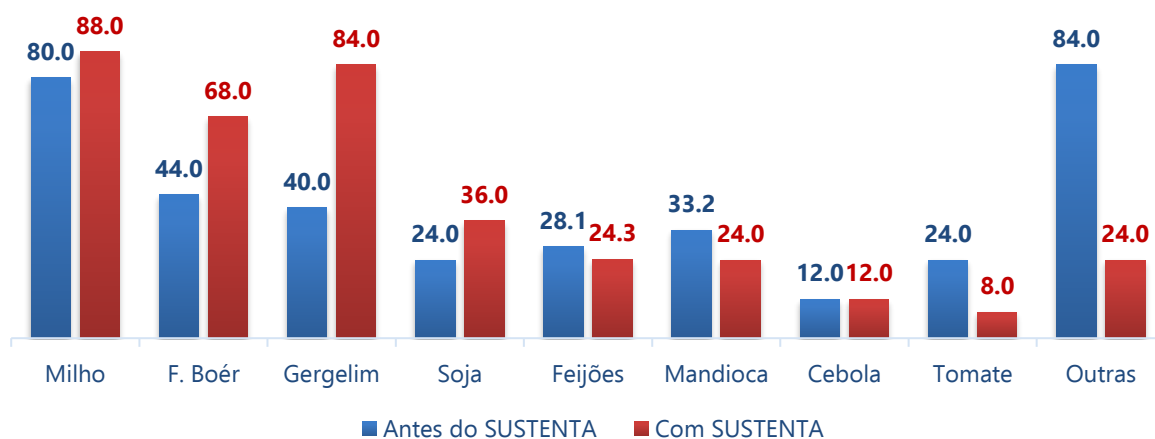
2.2 Segurança alimentar

Um dos objectivos do governo para o sector agrário tem sido o de garantir a segurança alimentar dos produtores e suas famílias, através do aumento da produtividade e produção de alimentos e da competitividade na agricultura por meio de culturas de rendimento²⁸. A concepção das acções do SUSTENTA está em conformidade com os objectivos de segurança alimentar e de rendimento familiar do pequeno produtor (PA), entre outras prioridades do MADER²⁹. Relativamente aos PACE, os dados apresentados no gráfico 8 indicam um aumento da produção de milho, feijão bóer, gergelim e soja; e uma redução de feijão manteiga e nhemba, mandioca, tomate e outras culturas, nomeadamente, hortaliças, tabaco, algodão, amendoim, girassol e frutas.

²⁸. MINAG (2011). Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA, 2011-2020).

²⁹. MADER (s/d). SUSTENTA.

Gráfico 8
 Percentagem de PACE por tipo de cultura praticada (antes e com o SUSTENTA)

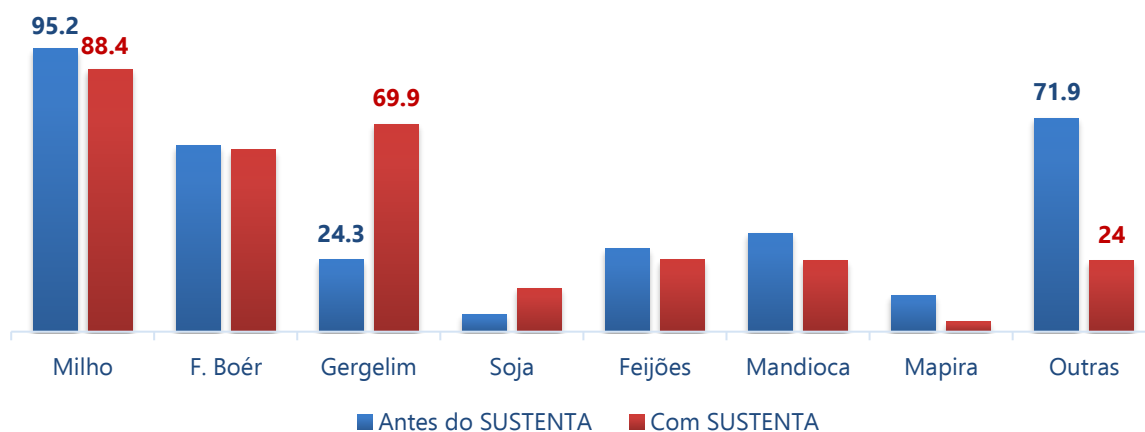


Nota: o inquérito previa mais de uma resposta, o que justifica as percentagens do gráfico.

Fonte: dados do inquérito

O gráfico 9 mostra as opções dos PA para a produção de um conjunto de cultivos. Os dados indicam uma redução na produção de cultivos alimentares, como o milho, feijões (manteiga, nhemba, holoco e cute), a mandioca, assim como de hortícolas, tomate, cebola, batata, amendoim, entre outras; mas, houve uma aposta nos cultivos de gergelim e a soja.

Gráfico 9
 Percentagem de PA por tipo de cultura praticada (antes e com o SUSTENTA)



Nota: o inquérito previa mais de uma resposta, o que justifica as percentagens do gráfico.

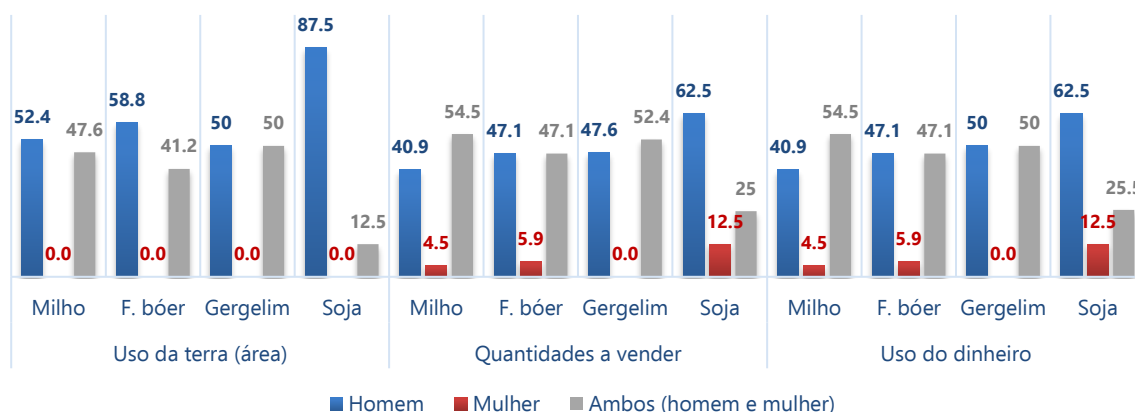
Fonte: dados do inquérito.

2.3 O género na tomada de decisões na família

Segundo o Banco Mundial, o desenvolvimento social e a inclusão são fundamentais em todas as intervenções de desenvolvimento sustentável. A inclusão significa empoderar as pessoas para participar no processo de desenvolvimento e obter benefícios do processo. Abarca as políticas que promovem a igualdade e o acesso a diversos serviços e benefícios, como infra-estrutura, energia de boa qualidade, serviços financeiros e produtivos, incluindo acções sobre igualdade de género³⁰.

Os gráficos 10 e 11 mostram o sistema de tomada de decisão no seio das famílias dos produtores na zona de estudo. Os dados indicam que prevalece o poder de decisão dos homens, relativamente a aspectos como área de terra a dedicar ao cultivo das principais culturas, as quantidades de produtos a vender e uso do dinheiro obtido com a sua comercialização.

Gráfico 10
Tomada de decisão na família, PACE
(em percentagem de respondentes)



Fonte: dados do inquérito.

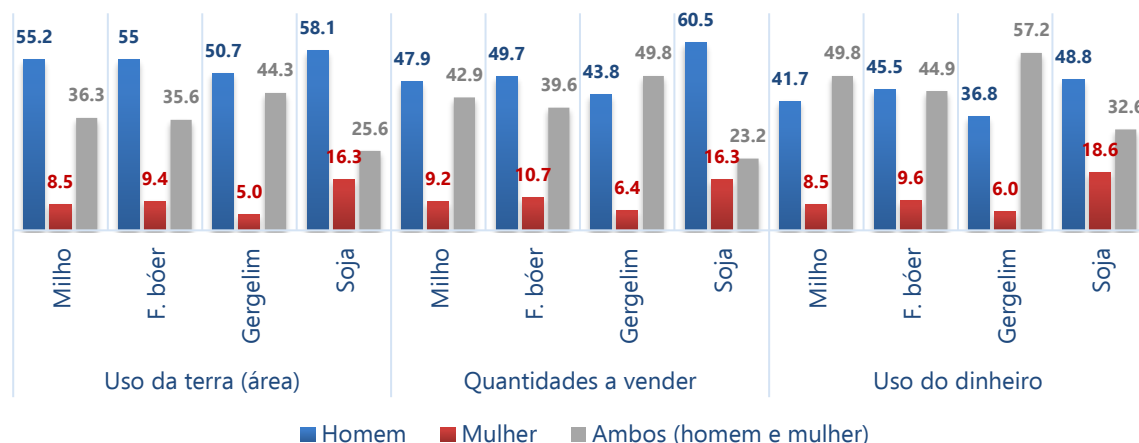
Por género, nas famílias dos PACE, o homem decide mais sobre os hectares para produção do milho, feijão bóer e soja; enquanto ambos, homem e mulher, decidem sobre a área para o gergelim. A decisão sobre as quantidades a vender nas culturas de milho, feijão e gergelim é conjunta. Provavelmente isso deve-se à função de consumo familiar destas culturas. Sobre o uso do dinheiro proveniente da venda destas culturas, também parece existir um equilíbrio nas decisões tomadas.

Nas famílias dos PA são os homens que mais decisões tomam no que se refere à área a preparar para o cultivo das quatro culturas acima referidas. Sobre quantidades a vender e uso da respectiva receita, são os homens que também mais decidem sobre o feijão

³⁰. Banco Mundial (2016). Marco Ambiental y Social del Banco Mundial. Washington, DC. Licencia: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

bóer e soja. Para os casos do milho e gergelim, ocorre mais a decisão conjunta (homem e mulher).

Gráfico 11
Tomada de decisão na família, PA
(em percentagem de respondentes)



Fonte: dados do inquérito.

2.4 Rendimento das famílias e bem-estar

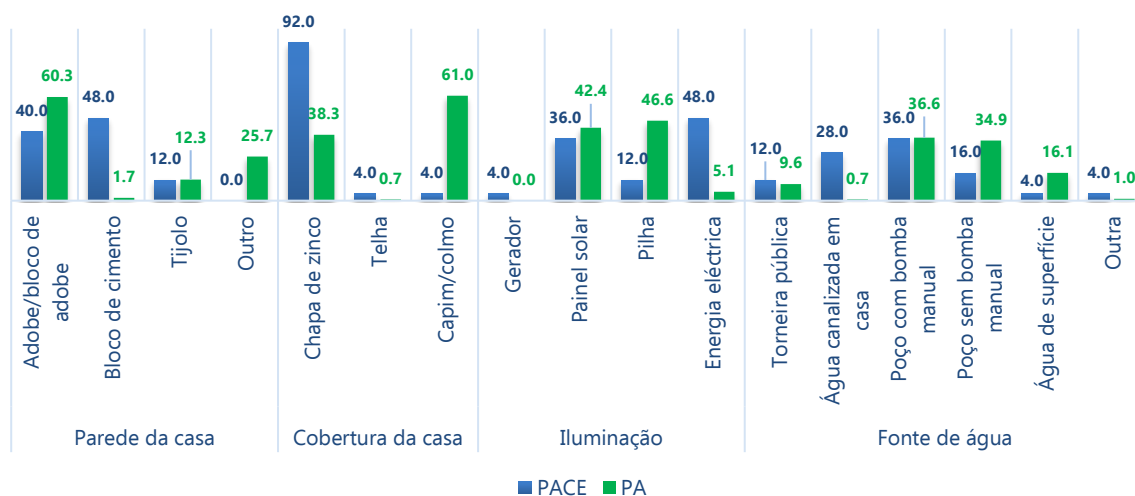
O principal objectivo do governo no desenvolvimento rural é aumentar as oportunidades de geração de renda, particularmente, para as famílias³¹. Aumentando os rendimentos, as famílias poderão ter um maior poder de compra e, assim, incrementar a aquisição de bens, de serviços e elevar o seu bem-estar. Uma das preocupações da pesquisa era ter uma percepção dos beneficiários sobre o seu bem-estar, como resultado dos três anos de integração no programa.

Relativamente ao tipo de habitação dos produtores (gráfico 12), a maioria dos inquiridos tem as suas casas construídas com material local, nomeadamente maticadas ou de blocos de adobe, cobertas de chapa de zinco. A principal fonte de iluminação é o painel solar, seguindo-se a rede eléctrica nacional. Quanto ao consumo de água, o destaque vai para sistemas de poço, com e/ou sem bomba manual, e de água de superfície, ou seja, proveniente de rios, lagoas e lagos.

O gráfico 12 revela ainda que os PACE possuem ligeiras melhorias na habitação, comparativamente aos PA (cobertura com chapas de zinco, acesso à energia eléctrica e água canalizada).

³¹. MINAG (2011). Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA, 2011-2020).

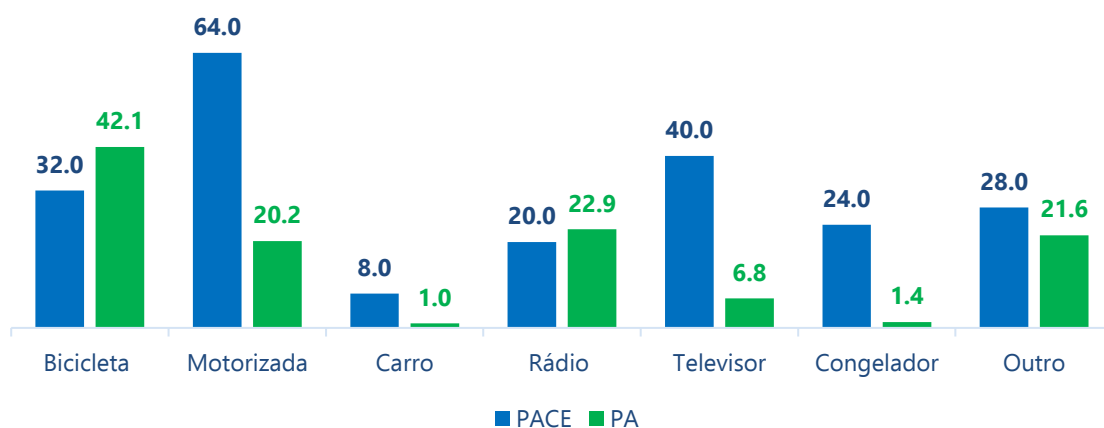
Gráfico 12
Condição da habitação e principal fonte de água de PACE e PA
(em percentagem de respondentes)



Fonte: dados do inquérito.

Relativamente aos bens adquiridos (gráfico 13), como resultado dos rendimentos da agricultura e com apoio do SUSTENTA, a maioria dos produtores que obteve um ou mais bens foi destinados à aquisição de meios circulantes, como a motorizada, 64% dos PACE, e a bicicleta (42%) para os PA. Os PACE também adquiriram televisores (40%) e outros bens (28%) como telefones, cadeiras, máquinas de costura, chapas de zinco, cimento e outros utensílios domésticos. Também neste caso, os PACE possuem bens de maior valor, como motorizadas, carros, televisores e congeladores. Os PA possuem mais rádios.

Gráfico 13
Posse de bens entre os PACE e PA
(em percentagem de respondentes)



Nota: o inquérito previa mais de uma resposta, o que justifica as percentagens do gráfico.
Fonte: dados do inquérito.

3. CONCLUSÕES

Uma das preocupações-chave do desenvolvimento sustentável tem sido a conservação da biomassa e/ou a restauração das áreas degradadas, evitando agravar a perda da biomassa. A pesquisa mostra que, para além da abertura e limpeza dos campos de cultivo, os produtores continuam a socorrer-se às queimadas para a produção de carvão, lenha e prática da caça. A deflorestação também está associada à produção de carvão, lenha e construção de habitações, elevando assim os riscos ambientais.

Relativamente às explorações agrícolas, verificou-se, nos PA, uma tendência pouco significativa de um maior aumento das áreas de maior dimensão (cinco e mais hectares), uma redução das áreas de até 2,5 hectares e um aumento nas culturas de gergelim, soja e feijão bóer, predominantemente para exportação. No caso dos PACE, observam-se as mesmas tendências, embora em maior amplitude: aumento significativo das áreas das culturas de exportação nas explorações de maior dimensão, e, contrariamente aos PA, redução importante das áreas dedicadas à produção de milho nas explorações de todas as dimensões.

Relativamente ao empoderamento das pessoas, nomeadamente a igualdade de género no seio da família, prevalece o poder de decisão dos homens, com maior incidência nos PA. No que tange às condições de habitação, observou-se que os PACE possuem melhores condições habitacionais e, quanto à fonte de iluminação, estão maioritariamente ligados à rede elétrica pública nacional, comparativamente aos PA cujas casas são construídas com material local e usam a pilha e o painel solar como principais fontes de iluminação. Quanto à posse de bens, igualmente nos PACE, observa-se uma maior posse de bens considerados “superiores” (motorizada e carro e menos bicicleta, televisor, congelador e outros).

Em síntese não se constatam mudanças relacionadas com as salvaguardas ambientais no uso da floresta e uso dos produtos florestais. A segurança alimentar é mais elevada nos PACE com maior possibilidade de aquisição de bens nos mercados e observa-se alguma tendência para um maior incremento da produção de bens não alimentares. Os poderes de decisão na família relacionados com o uso da terra, o que produzir e o que vender e o uso dos rendimentos monetários estão relativamente concentrados no homem (com mais incidência nos PACE) ou em decisões conjuntas. O estudo revela diferenciações na posse de bens materiais com vantagem para os PACE.

O estudo revela que as salvaguardas ambientais e sociais não têm alterado de forma importante as práticas e cultura “tradicionais”, que existe uma tendência para uma diferenciação social com mais benefícios para os PACE e é verificado um maior aumento das áreas e da produção de bens não alimentares, mantendo ou aumentando a importância da cultura básica do milho nos PACE que pode ser também um bem para a obtenção de rendimento.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores